
O Islão e o Processo de Literacia no Norte de Moçambique entre os Finais do Século XIX e Princípios do Século XX

Chapane Mutiua

Introdução

O presente artigo tem por objectivo estudar o contributo do ensino Islâmico para a formação de uma classe letrada e alfabetizada no norte de Moçambique, entre os finais do século XIX e princípios do século XX. O estudo baseia-se em pesquisas realizadas no Arquivo Histórico de Moçambique no âmbito do projecto sobre os Manuscritos Árabes do Norte de Moçambique, liderado pela Professora Liazzat Bonate, e mostra que a prática de alfabetização e literacia no norte de Moçambique não se circunscreve apenas ao uso do alfabeto latino, embora as estatísticas e abordagens oficiais sobre o fenómeno no país tenham tendência em excluir os utentes do alfabeto árabe que foi e continua a ser difundido através do ensino Islâmico.

Em Moçambique, tomando como ponto de referência o INE¹, define-se alfabetização como sendo o conhecimento ou domínio das habilidades de escrita e leitura em qualquer língua, o que também enquadra o uso da escrita árabe em línguas locais, como testemunhado pelos manuscritos acima referenciados. Contudo, é o alfabeto latino, que é oficialmente usado para escrever não só o português mas também várias línguas deste país. E os conceitos de alfabetização e literacia têm sido usados em referência a este alfabeto. É neste âmbito que as campanhas de alfabetização levadas a cabo logo depois da independência do país ignoraram quase por completo o alfabeto árabe e os seus utilizadores foram (re) alfabetizados ou considerados analfabetos. Porém, durante o século XIX, uma classe de intelectuais muçulmanos, que liam e escreviam as suas línguas com recurso ao alfabeto árabe, colaborou com a administração 'pré-colonial' portuguesa integrados como régulos, capitães-mores, sargentos-mores, 'línguas' do Estado ou intérpretes, elaborando

relatórios, correspondências e traduzindo ofícios. Tal situação alterou-se após as ‘Guerras de Ocupação Efectiva’ nos princípios do século XX. No presente texto procuro descrever as circunstâncias históricas que condicionaram a expansão do ensino islâmico e desse modo do uso do alfabeto árabe na região da África Oriental e no norte de Moçambique em particular; no ponto seguinte apresento três figuras que representam a classe intelectual e alfabetizada que se formou durante o século XIX, e no fim faço uma tentativa de enquadramento do uso do alfabeto árabe nos debates sobre literacia e alfabetização em Moçambique.

Contexto histórico da expansão literária e intelectual Swahili no norte de Moçambique durante o século XIX

Durante os anos 1830, Sayyid Sa’id bin Sultan transferiu estrategicamente a sede do seu império para a Ilha de Zanzibar, e a partir dali criou um Estado centralizado dominando quase toda a África Oriental. Em consequência desta mudança, a cidade de Zanzibar e a região sob o seu domínio conheceram grande crescimento desde então, atraindo mercadores e intelectuais islâmicos, que vindos do sudoeste asiático e do Arquipélago das Comores ocuparam os principais postos da administração do Estado. No campo social, o termo *ulungwaana*, que em Kiswahili significa civilização foi alterado para *ustaarabu* – ‘assimilar-se aos árabes, tornar-se um árabe, adoptar costumes dos árabes’ (Eastman 1994; Declich 2001:47; Khamis 2001:18; Pouwels 1987:3).

Foi a partir dessas pessoas letradas, vindas do sudoeste Asiático e das Ilhas Ocidentais do Oceano Índico, que se começou a difundir em escala maior o alfabeto árabe. No caso do norte de Moçambique, onde os Estados da Costa (Tungi, Angoche, por exemplo) funcionavam como satélites de Zanzibar, a quem prestavam uma obediência seja como sede religiosa, cultural, económica e também política, as elites reinantes começaram a mandar os seus parentes, filhos, sobrinhos e irmãos para estudar junto dos intelectuais e *ulamas* sediados em Zanzibar ou nas Comores. Porém, em períodos anteriores ao século XIX, a influência islâmica sobre o norte de Moçambique vinha de mais longe ainda, de Mogadíscio, Quíloa e Mascate (Vilhena 1905:19).

Em 1890, estabeleceu-se em Zanzibar um Protectorado Britânico, que catapultou uma série de reformas das quais resultaram a criação de novas instituições e a crescente necessidade de mão-de-obra qualificada para suprir os novos cargos públicos. Nesta perspectiva, os britânicos recorreram à estrutura social e intelectual existente, chamando os *Ulamas* para várias funções na sua administração. Assim, os *Ulamas* antes vistos como ‘académicos da corte’ tornaram-se num corpo de funcionários civis, integrados no sistema de administração britânica, e conquistaram um lugar no espaço colonial como ‘parceiros activos’ (Bang 2001:59).

O norte de Moçambique, política e culturalmente integrado desde há várias décadas nas dinâmicas da África Oriental (incluindo as ilhas Ocidentais do Oceano

Índico), com maior enfoque para Zanzibar e Arquipélago das Comores, também beneficiou directa e indirectamente das mudanças que se foram efectuando em Zanzibar, que desde o estabelecimento da sede Omanita, funcionava como a referência política, cultural e religiosa de quase toda a região. Assim, todo o estilo de vida e as formas de ser e de estar dos árabes-Omanitas de Zanzibar são vistos como o ponto máximo da ‘civilização’ – *Ustaarabu* que inclui a conversão ao Islão, indumentária e arquitectura árabe-Islâmica e escrever e ler com recurso ao alfabeto árabe. É nesta fase, que o Islão e o ensino islâmico conhecem também o seu maior progresso, primeiro na corte e entre as elites políticas e económicas e mais tarde, e principalmente com a chegada das confrarias, atinge os cidadãos comuns.

Durante esta época, o uso do alfabeto árabe em quase toda a África Oriental, incluindo o norte de Moçambique, é transmitido de pai para filho (Declich 2001:55-56). Assim, o ensino Islâmico que era o fórum por excelência da transmissão deste conhecimento tornou-se um padrão de elite, do poder e da alta sociedade com capacidades para fazer viajar seus filhos para as principais *madrassas* da região, em Zanzibar, Comores e mesmo dentro do norte de Moçambique. O ensino islâmico e consequentemente o conhecimento e uso do alfabeto árabe circulou no contexto das redes políticas, económicas e fundamentalmente de parentesco, criando uma classe de intelectuais com relações e cumplicidades intrínsecas, seja a nível local seja a nível regional. É esta classe, que durante a segunda metade do século XIX, num contexto de mudanças políticas, sociais e económicas impostas pelos portugueses em Moçambique, recorre às suas habilidades intelectuais e literárias (fazer relatórios, cartas, contas registadas e até abaixo assinados) e às suas largas experiências em matéria administrativa, reflexo das suas antigas ligações com Zanzibar e Comores, para ganhar dividendos políticos, económicos e conseguir a sobrevivência da sua classe durante quase todo o século.

Numa pesquisa realizada sob os auspícios do Arquivo Histórico de Moçambique, encontramos um enorme manancial de manuscritos em caracteres árabes. Estas cartas, quase todas datadas da segunda metade do século XIX, foram escritas pelos chefes, reis, sheikhs, dos Estados Africanos do norte de Moçambique e/ou seus escribas e dirigidas aos oficiais militares ou da administração ‘pré-colonial’ naquela região. Uma análise de alguns destes documentos e seus autores revela a importância do Islão e do ensino islâmico na criação de uma classe alfabetizada e letrada no norte de Moçambique, ainda no século XIX (ou mesmo antes), da qual se baseou a tradição literária Swahili moçambicana que apesar de ter atravessado períodos difíceis e de estigmatização social durante a época colonial e nos primeiros anos da independência, resistiu até aos nossos dias.

Aliás, Vasco da Gama (ainda nos finais do século XV e princípios de XVI) usou esta tradição intelectual nos seus contactos com as comunidades e as elites reinantes na costa de Moçambique, no decurso de sua ‘viagem à Índia’. Desde essa altura, os portugueses socorreram-se do alfabeto árabe nas correspondências oficiais (particularmente com os chefes locais), e o Ki-swahili, a principal língua africana da

África Oriental, usada nas transacções e nas referidas correspondências conquistou o estatuto de *língua franca*. No século XIX, ainda no processo da implantação da administração colonial e no contexto das ‘campanhas de ocupação’ o uso do alfabeto árabe em línguas locais desenvolveu-se como principal meio de comunicação em correspondências trocadas entre os portugueses e estas elites africanas, como atestam os manuscritos árabes do acervo do Arquivo Histórico de Moçambique e outra literatura avulsa, existente ao longo da costa de norte do país. Uma análise de três figuras importantes da época, tais como, Abdulaziz Bin Sultuane Amade, Mwalya de Ancuabe e Boana Chaque Bin Abdulatifo de Quissanga, permite-nos ter uma ideia de como o Islão foi importante na criação desta classe intelectual que explorou as suas habilidades literárias para tomar partido das circunstâncias políticas e económicas que os portugueses começaram a impor durante a segunda metade do século XIX.

Abdulaziz Bin Sultuane Amade

Abdulaziz Bin Sultuane Amade foi o último Sultão de Tungi, que se situa na baía de Palma, em Cabo Delgado. Segundo Rafael da Conceição, Abdulaziz era de ascendência árabe-Swahili, particularmente de um grupo que chegou à região vindo do Zanzibar, sob a liderança do Sultão Muhammad Yussuf, o fundador da dinastia dos *‘Mashirazi’* em Quiwya (Conceição 2006:70). Monteiro (1989:68) descreve Muhammad Yussuf como um homem poderoso e muito influente, com ligações políticas e de parentesco com o Imam de Mascate.

Por causa desse poder e respeito que esta dinastia sedeadada em Quiwya tinha, conseguiu exercer influência sobre uma vasta área que incluía toda a região de Palma e Quionga. Apesar de existirem textos escritos sobre a fundação e sucessão desta dinastia (como nos informaram durante o trabalho de campo tanto em Quiwya assim como em Quionga), todos os estudos feitos sobre ela se basearam nas fontes orais e por isso apresentam uma disparidade quanto à sucessão e extensão da mesma. Rafael da Conceição por exemplo apresenta duas propostas, uma de sucessão de cinco *Ma-sultani*, entre eles: sultão Hassan; sultão Mohammad; sultão Andurabe; sultão Aburar e termina com sultão Amurani Aburari e a outra que segundo ele se inicia com o sultão Yussuf, seguido de seu filho Assane Yussuf, e depois Andurabe que é filho de Muhammad Yussuf.

Na recolha oral que nós efectuamos em Palma, Quiwya e Quionga, outras versões foram avançadas. Para Nzé Nassoro Momade, antigo régulo da região de Palma, um dos nomes mais sonantes daquele Sultanato foi Muhammad bin Sultuane de Quiwiya, que foi um dos primeiros *warabu* a chegar àquela região, e era avó de Abdulaziz (Abdurabi), que pertencia a uma família swahili ou warabu que também pode significar ‘árabe’ (Eastman 1971:231). Segundo ele, este Abdulaziz é recente. Terá sido este o Sultão reinante de Tungi aquando da invasão portuguesa ao sultanado, que culminou com a sua fuga para a Ilha de Moçambique, marcando o

fim do reinado dos warabu² (Eastman 1971: 228-236) que viviam na ruína que fica em frente à praia de Palma, actualmente quase que abandonada e a servir de lixeira aos pescadores e comerciantes locais. Depois que os warabu fugiram, os portugueses destruíram aquele edifício. Foi quando os portugueses conquistaram Tungi e as áreas sob a sua influência, que mais tarde passou a se chamar Palma, em memória ao seu 'conquistador', Raimundo Palma Velho (Conceição 2006; Medeiros 1997; Pélissier 1987). Nessa altura instalou-se um posto de alfândega no local, que funcionou no edifício acima mencionado, que mais tarde, foi também usado pelos portugueses como quartel, no contexto da guerra pela independência. Quanto à origem do último sultão de Tungi, Abdulaziz b. Sultuane Amade, Nassoro Momade diz não ser proveniente de Quiwiya, mas sim de Macongo que fica entre Quiwiya e Palma, ao longo da costa, o que sugere que Muhammad bin Sulutuane também seja de lá. É importante realçar que tanto Macongo, Minengene (actual Palma-Sede), como Quiwiya, faziam parte do mesmo Sultanato, o de Tungi, que tinha também influências sobre Mbwizi, Kilindi até Quionga, com a sede em Quiwiya.

Outro aspecto digno de menção é o facto do nome de Muhammad bin Sulutuane ser pouco referenciado na literatura escrita, ao contrário de Muhammad Yussuf que segundo Monteiro jaz no cemitério antigo de Quiwiya, que se localiza na zona de Maome (Monteiro 1966:55-56). De acordo com Muhammad bin Mwanha, de Quiwiya, além de Muhammad Yussuf, outro nome importante nesta dinastia e que se pode confundir com o anterior, é o do Sultão Muhammad bin Hassan, pai do Sultão, Ahmad bin Muhammad bin Hassan, que adiante mencionamos.

Enquanto a discussão sobre a sucessão, extensão e fundação da dinastia dos *Mashirazi* de Quiwiya e Mbwizi ou simplesmente Tungi continua divergente, entre as diversas fontes consultadas, há um consenso sobre o último representante daquela, validado pelas próprias fontes escritas existentes. Autores como Conceição (2006), Rzewuski (1991), Pélissier (1987) e Hafkin (1973) convergem na figura de Abdulaziz como sendo o último Sultão de Tungi e assim sendo o primeiro Capitão Mór daquela região após a integração na administração colonial portuguesa.

Como adiante referimos, Tungi fazia parte da influência política de Zanzibar até quando da sua invasão em 1877 pelo exército português liderado por Palma Velho. Esta integração ao sistema político e económico de Zanzibar permitiu à elite de Tungi beneficiar de uma educação islâmica de alto nível (para aquela época) que era feita dentro das redes políticas, sociais e de parentesco, como Declich (2001) muito bem refere. Isto é sustentado por Nassoro Momade, de Palma, e Muhammad bun Mwanha, de Quiwiya, segundos os quais, quase todos os membros da família dos Masultuane eram letrados e alfabetizados em árabe.

Abdulaziz bun Sultuane Abdurabi (ou Amade como assina em suas cartas) não só sabia ler e escrever usando o alfabeto árabe como também granjeou grandes habilidades políticas, administrativas e diplomáticas que lhe permitiram explorar as pequenas oportunidades que ainda tinha, primeiro face à disputa entre os portugueses

e o Sultanato de Zanzibar e segundo entre portugueses e ingleses. Contudo, as guerras intestinas que Abdulaziz tinha com o seu irmão foram enfraquecendo o seu poder, colocando assim em causa a sua legitimidade, o que conduziu à queda da dinastia, com a nomeação de Amade Anlaue pelos portugueses (Conceição 2006).

A queda de Abdulaziz bun Sultuane Abdurabe simboliza a tomada de Tungi pelos portugueses e a consequente destruição da dinastia dos *Mashirazi* de Quiwiya que se situa por volta de 1887 (Conceição 2006: 70-71), e é testemunhado por um conjunto de cartas feitas por Abdulaziz neste ano³.

O documento acima referido é mais do que uma simples carta. Trata-se de um ofício que não apenas comunica a chegada de um oficial português à região mas também sugere a manutenção do funcionário substituído devido aos problemas de entendimento e atrasos no desenvolvimento económico que se vinham acentuando na região, como se pode ler no seguinte extracto da tradução portuguesa deste documento:

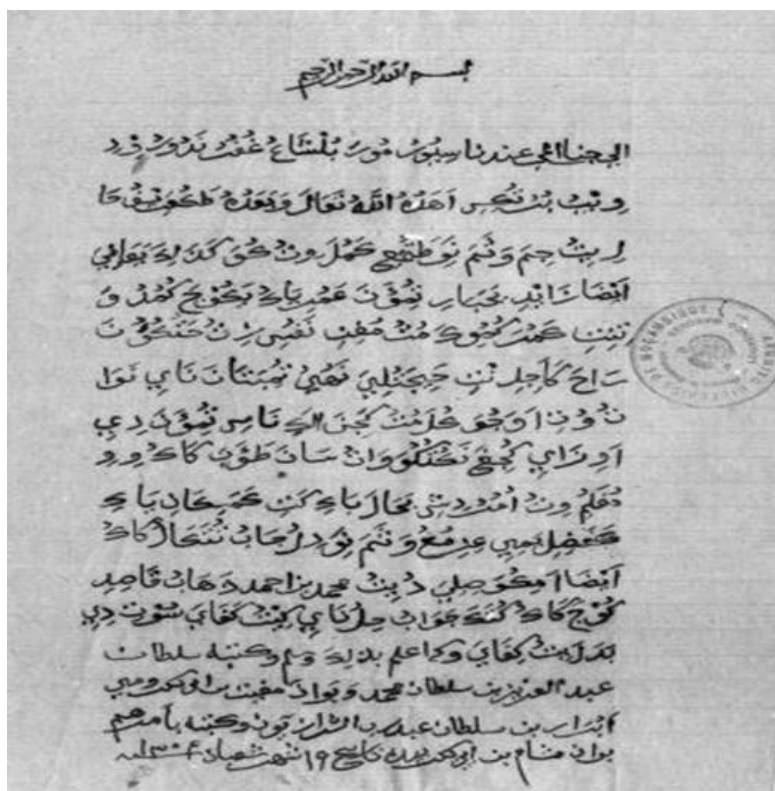
Apareceu aqui outro oficial para render o Senhor Tenente Câmara, que estávamos bem relacionados com ele e sabia a nossa língua e os nossos costumes mas agora vejo que este povo não está contente com este oficial porque o rendido conhecia tudo e todos e eu vejo que ele era melhor para o lado da economia, para construir os edifícios que se pretendem e tratar bem com todos, pelo que, achei de dizer que rogamos a V. Excia como nosso Governador para nos devolver esse nosso tenente Câmara... (AHM, Fundo do Século XIX, Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 11, Maço 2- Carta do Capitão Mór de Tungi Abdulaziz bun Sultuane Amade de 1887).

Esta citação corresponde à tradução portuguesa da carta de Abdulaziz bun Sultuane Amade, já integrado na administração portuguesa como Capitão-mor de Tungi, conforme a figura 1abaixo.

A carta de Abdulaziz revela um homem que sabe usar o alfabeto árabe para ler e escrever expressando os seus sentimentos e desejos. Um homem capaz de usar esse mesmo alfabeto para participar nas decisões políticas dominadas por um grupo de indivíduos estranhos à sua classe. Portanto, um homem não apenas alfabetizado, mas sobretudo letrado, político e com grandes habilidades diplomáticas.

Mwaliya de Montepuez e a influência de Boana Chaque de Quissanga

No acervo do Arquivo Histórico de Moçambique, que atrás mencionamos existem cerca de 22 cartas de Mwaliya, um dos mais destacados chefes, Mwenes da região dos aMetto ou Medo, no sul de Cabo Delgado. O ensino islâmico assim como o Islão no norte de Moçambique têm sido associados apenas à região costeira. Neste caso, tal como no caso da Rainha Naguema de Mussoril, dos Chefes Morla e Guarnea de Imbamela sugerem a penetração do ensino islâmico ou talvez do uso do alfabeto árabe para as chefaturas do interior. Nos casos de Morla, Guarnea e

Figura 1: Carta do Capitão Mór de Tungi Abdulaziz bun Sultuane Amade de 1887)

Fonte: AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 11, Maço 2.

da Rainha Naguema não podemos afirmar que se tenham islamizado ou mesmo frequentado o ensino islâmico. Porém, Mwaliya Anankoko que viveu durante a época do último sheikh Boana Chaque Bin Abdulatifo de Quissanga, é apontado pelas fontes orais como tendo frequentado o ensino Islâmico em Quissanga, onde tinha relações amistosas com o sheikh local.

As relações entre Boana Chaque e Mwaliya estruturaram-se no âmbito das redes comerciais que durante o século XIX ligavam caravanas que saíam das margens do lago Niassa até Quissanga e outros portos a norte do Rovuma (Medeiros 1988). Porém, a importância política de Boana Chaque era ainda muito grande, chegando este, mesmo a desempenhar o papel de mediador entre os portugueses e os chefes africanos da região que até então resistiam à ocupação colonial, como o caso do próprio Mwaliya (Conceição 2006:185).

O poder e a influência do Bwantschaki ou Boana Chaque deve-se fundamentalmente ao facto deste ser membro de uma respeitada dinastia Swahili fundada por Bwana Makassare, o 'juiz', que de acordo com Rafael da Conceição é descendente

dos primeiros Shirazis de Quissanga. Segundo o mesmo autor, Boana Chaque é filho de Ndali Makassare, um *haji* (fez peregrinação a Meca e Medina), e fez os seus estudos corânicos em Mikindani, na Tanzânia, tornando-se por isso num grande sheikh, e personagem mais influente dos inícios do século XX na região de Quissanga (Conceição 2006:81-82).

Por seu turno, Mwaliya era o maior chefe na área dos aMetto, liderando a confederação das chefaturas que controlava as rotas das caravanas de escravos e outras mercadorias que passavam pelo Lago Niassa para os portos do litoral (Günther; Mpalume e Fernando 1996:13). O poder e prestígio conquistados explorando tais rotas de caravanas permitiram a Mwaliya sustentar uma resistência anti-portuguesa que só seria totalmente reprimida em 1910, pois, a partir de 1899, quando a Companhia de Niassa instalou o seu primeiro posto militar no território de Mwaliya, na região de Montepuez, este chefe às vezes considerado Swahili (com o título de sultão) pelos portugueses (Medeiros 1997:54⁴), fugiu para Balama onde continuou a fazer resistência em forma de guerrilha (Günther; Mpalume e Fernando 1996:13).

É importante referir que Mwaliya é o nome da dinastia Macua-Medo que reinou entre Montepuez e Balama. Mas o enfoque aqui situa-se na figura de Sultão Mwaliya Muidala ou Midala, que assina cerca de duas dezenas de documentos em manuscritos árabes e em língua swahíli. Bacar Abudo, régulo Boana Chaque, de Quissanga, salienta que os Mwaliyas tornaram-se amigos íntimos ou *naville* dos Boana Chaque desde os primeiros contactos que ali tiveram. E um destes Mwaliya, o Muidala que usou o título de Sultão, tornou-se mais familiar ainda porque estudou o Alcorão ali em Quissanga, com Buana Mussa Pira. Mussa Pira era um dos mais influentes Sheikhs de Quissanga nos finais do século XIX. Conceição (2006:185) aponta o *mwalimo* deste Mwalia como sendo Muhammad Mussa, provavelmente filho de Mussa Pira.

Este Mwaliya, o Muidala, avassalou-se aos portugueses por volta de 1878, tendo – lhe sido concedido nessa altura, pelo governador, um vencimento mensal, em compensação por ter reconhecido a autoridade portuguesa e como prémio por ter conseguido vencer os Mafitis, um grupo de guerreiros ngunis ou ngunizados que impuseram muitas derrotas aos portugueses durante a época (Medeiros 1997:69⁵). É no contexto desta vassalagem que integra Mwaliya como régulo na administração portuguesa que se desenvolveu a correspondência que acima referimos. Esta vassalagem pode ser vista como uma forma de aliviar a pressão sobre o seu território, uma vez que os portugueses até essa altura dependiam muito da boa vontade dos chefes africanos para o intercâmbio comercial entre a costa e o interior. Isto pode ser sustentado pelo facto de mais tarde, os sucessores deste Mwaliya, como o Mkay por exemplo, terem ignorado estes termos de subordinação, continuado a defender a sua soberania, e exigindo ao mesmo tempo o pagamento de um tributo pelo trânsito das caravanas pelo seu território, o que constituía a principal fonte de rendimentos da sua corte.

Por outro lado, em todo o conjunto das cartas, seja do Boana Chaque, seja do Mwaliya Midala, transparecem ideias e formas de pensar de governantes hábeis sob o ponto de vista político e diplomático que sabem explorar e tornar a sua degradante situação política em uma vantagem, e assegurar assim a sua sobrevivência. Nelas também se pode ler a noção de pertença a uma classe, a dos Sultões, de intelectuais islâmicos. Nesta óptica, Mwaliya deixa de usar o título de Mwene que é habitual em chefaturas Macuas e adopta o de sultão, pois ele é muçulmano, sabe ler e escrever com recurso ao alfabeto árabe. As imagens dos documentos inseridos nas figuras 1 e 2, são disso uma ilustração.

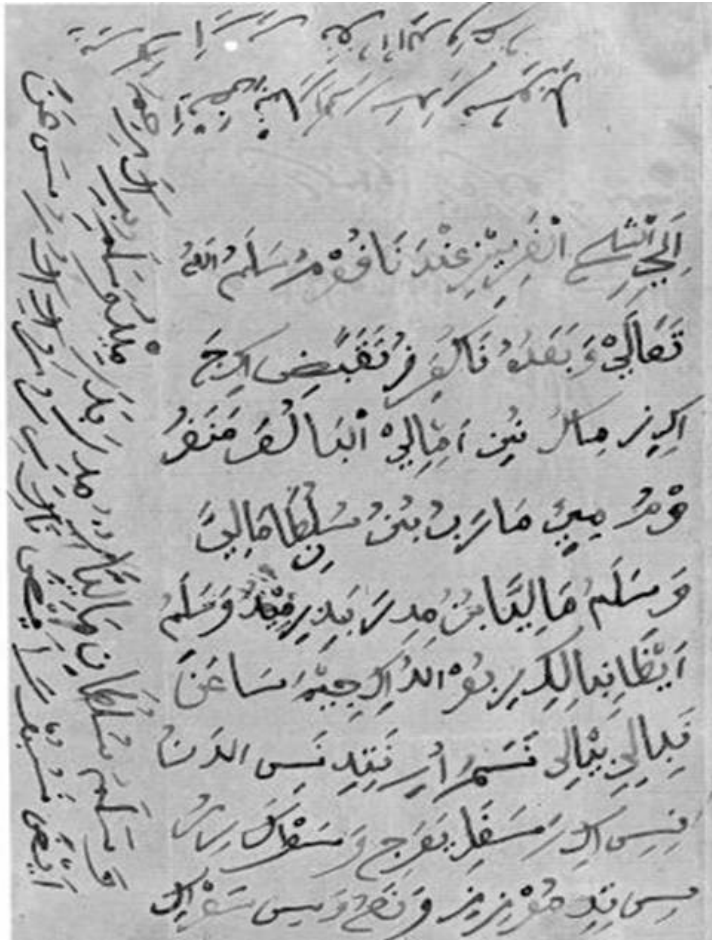
Na carta acima inserida, Mwaliya informa que manda o seu filho entregar uma *preta* que oferece ao governador e pede que este lhe mande espingardas, manteiga, pólvora, agulhas e outras coisas que em encontros ou correspondências anteriores fora prometido. Por outro lado, esta carta assim como todas que se encontram no acervo do AHM, confirmam, como acima referido, a existência de uma classe intelectual e letrada durante o século XIX no norte de Moçambique. Esta classe, e como demonstra o caso de Mwaliya e de muitos outros Sheikhs, sugere-nos um estágio em que o Islão se circunscrevia fundamentalmente às elites políticas que beneficiavam do ensino islâmico por via das redes sociais criadas na base de relações políticas, económicas e de parentesco.

Os Conceitos de Alfabetização e Literacia no contexto do Norte de Moçambique

As discussões em volta dos conceitos de alfabetização e literacia começaram a atrair maior atenção a partir dos anos 80, embora na década de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (UNESCO) tivesse já avançado de forma considerável estes debates, propondo a discussão do conceito de 'literacia funcional' (Soares 2004:6).

Provavelmente, a proposta da UNESCO tenha sido o ponto de partida para os problemas que se levantariam nos 'Países Desenvolvidos' e mais tarde nos do 'Terceiro Mundo'. É que embora se tenha procurado definir a literacia como 'prática social da leitura e da escrita mais avançadas e mais complexas do que a simples habilidade de escrever' (Soares 2004:6), em muitos casos, manteve-se o reconhecimento de apenas alguns alfabetos considerados de referência nos diversos países. Este cenário mudou substancialmente nos nossos dias.

Em Moçambique a literacia é vista como 'uma variável independente que traz o bem-estar e vantagens económicas' e por isso é considerada algo inserido nas práticas (Buque e Munguambe 2008:53) ou habilidades de leitura, escrita e numeração, usadas para aprender a aprender e para satisfazer as necessidades básicas (Mário & Nandja 2005:4). Contudo, o conceito operacional para efeitos

Figura 2: Carta do Régulo Mwaliya de 1888

Fonte: AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 8, Maço 3.
Imagem: Departamento de Informática do AHM.

estatísticos apresentado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), contradiz-se com o debate dos académicos sobre literacia. O INE baseia-se no conceito de alfabetização segundo o qual, é alfabetizado quem possui capacidade de ler e escrever em qualquer língua (INE, 2006). Este conceito de alfabetização do INE, sugere uma maior amplitude linguística que se justifica pelo facto de além da diversidade linguística que o país apresenta, existirem dois tipos de alfabetos historicamente e culturalmente enraizados na sociedade moçambicana. Por um lado temos o alfabeto latino, oficial, usado para escrever não só o português mas também várias línguas em uso neste país. E os termos ‘alfabetização’ e ‘literacia’ em determinados momentos históricos foram usados em referência a este alfabeto. O alfabeto latino foi difundido no país a partir da chegada dos portugueses nos finais

do século XV e hoje domina por completo todos os sistemas de comunicação e a educação formal em Moçambique. Por outro lado temos o alfabeto árabe, difundido fundamentalmente na região costeira de Moçambique desde os primórdios da introdução do Islão na costa Oriental. Este foi o primeiro a ser usado para a escrita das línguas africanas em Moçambique. A partir da segunda metade do século XIX, as sociedades swahilis adequaram o alfabeto árabe para a sua língua, acrescentando símbolos que caracterizam sons inexistentes na língua árabe. Este sistema de escrita é ainda hoje bastante usado nas regiões costeiras das províncias de Nampula e Cabo Delgado e algumas partes do Niassa.

Apesar deste uso, e embora o INE considere que é alfabetizado quem sabe ler e escrever em qualquer língua, o alfabeto árabe não mereceu a devida consideração durante o período colonial e logo a seguir à independência, e por isso, a maior parte das populações que dominam o seu uso foram considerados analfabetas. Tomando como ponto de partida os dados estatísticos apresentados pelo INE: a província de Cabo Delgado, teoricamente com um grande número de indivíduos com domínio das habilidades de leitura e escrita com recurso ao alfabeto árabe apresenta a maior percentagem de analfabetismo, 75% em 1997 e 66,6% em 2007, enquanto Nampula, outra província com maior utilização do referido alfabeto regista 71,7% em 1997 e 62,3% em 2007 (INE, 2007)⁶. Os dados acima reflectem uma evolução dos índices de analfabetismo desde o censo de 1997 até ao censo seguinte, em 2007, a uma média de 9% de regressão nas duas províncias. Esta regressão pode espelhar as novas abordagens práticas do conceito de alfabetização e literacia pela parte do INE, conforme referido anteriormente ou ainda a evolução do fenómeno no geral. Contudo, as dificuldades no apuramento de dados específicos sobre o número de utentes do alfabeto árabe a partir dos censos até hoje realizados levantam muitas dúvidas sobre a operacionalização e inclusão sugerida pelo conceito, o que justifica a necessidade de uma pesquisa mais profunda e específica sobre o status do fenómeno de alfabetização e literacia islâmica em Moçambique.

Por outro lado, os dados acima referidos podem sugerir que grande parte da população alfabetizada e altamente letrada em línguas locais e com recurso ao alfabeto árabe não tem sido assim considerada. Entretanto, desde a independência do país em 1975, o novo Governo Moçambicano começou a preocupar-se com a problemática de alfabetização. As taxas de analfabetismo na altura situavam-se em 97%, quando os intelectuais muçulmanos, conhecedores e utilizadores do alfabeto árabe e da literatura escrita swahíli e local eram considerados analfabetos por não saberem ler e escrever em português, e alguns deles foram submetidos aos programas de alfabetização de adultos.

Conclusão

Como adiante referimos, desde a chegada dos primeiros europeus à África Oriental e à costa de Moçambique em particular, a escrita swahíli foi o recurso

de comunicação usado entre os povos que aqui se cruzaram. No norte de Moçambique este uso conheceu maior relevo durante a segunda metade do século XIX no contexto da implantação do sistema colonial português, altura em que quase toda a correspondência entre os oficiais portugueses e os líderes africanos era feita em swahili e escrita com alfabeto árabe. Contudo, a partir de 1895, os mentores das ‘campanhas de ocupação efectiva’ tendo em vista a sua ‘ideologia colonialista’ e querendo por isso sustentar a sua supremacia cultural, rejeitaram todos os valores culturais dos povos locais, aos quais consideraram indígenas, selvagens e não civilizados e como tal, seria repugnante usar o swahili e o alfabeto árabe nas correspondências oficiais. Nesse âmbito, o alfabeto árabe assim como a literacia e a relacionada foram marginalizados, ou seja, grande parte das populações da região norte de Moçambique que há séculos usava o alfabeto árabe foi considerada analfabeta e iletrada, pelos ideólogos do colonialismo português.

A política colonial sobre a alfabetização e literacia em Moçambique teve continuidade nos primeiros anos da independência, pois, a elite política que tomou os rumos do Estado tinha também sido educada e formada no sistema colonial. Assim, para eles o conceito de literacia e alfabetização continuava o mesmo que o do regime colonial.

Por outro lado, a Frente de Libertação de Moçambique contou com o apoio do Bloco do Leste na guerra de libertação, e dele bebeu a ideologia que seria a base política e social para o Moçambique independente. Assim, e apesar dos grandes esforços empreendidos com vista a combater o analfabetismo, as referências continuaram apegadas ao alfabeto latino, excluindo o alfabeto árabe do espaço público e do debate nacional. Isto resultou na negação da ‘educação tradicional’ moçambicana, que entre os povos muçulmanos do norte do país, para além do longo processo que integra os diversos ritos de iniciação, inclui também o ensino Islâmico, visto como elemento retrógrado e obscurantista anti-revolucionário. Negando-se os valores e a ‘educação tradicional’ negava-se também e de forma indirecta a tradição literária swahili do norte de Moçambique, primeiro por ser tradicional⁷ e segundo, por estar directamente ligada ao Islão, que já era inimigo da fé Católica dos portugueses muito antes da sua chegada a Moçambique e mais tarde reforçado pela ‘Concordata’ e ‘Acordo Missionário’ que reafirmou a Igreja Católica como aliado do regime colonial português (Cruz e Silva, 2001). O Islão assim como todas outras confissões religiosas, foi também marginalizado pela ideologia Marxista que caracterizou o governo da FRELIMO nos primeiros anos da independência.

Importa porém referir que ao se negar a tradição literária swahili do norte de Moçambique marginalizou-se um sistema de escrita há séculos introduzido e desenvolvido nas línguas locais e muitos moçambicanos que há muito usavam este sistema de escrita foram considerados analfabetos e iletrados.

Notas

1. Instituto Nacional de Estatística.
2. Para Eastman (1971), *Warabu* (sing. *Mwarabu*), designa um descendente de árabe-persas ou mesmo o próprio árabe-persa, mas pela forma como os nossos entrevistados usam designar os Sheikhs e Sultões da região durante o século XIX, deve significar o mesmo que *waswahili* (sing. *Mswahili*), que para Eastman, no sentido restrito designa um descendente de árabe-persas (equivalendo por isso ao termo *warabu*) e no sentido mais amplo designa todos os povos falantes da língua kiswahili. (Eastman 1971: 228-236). Para uma explicação mais detalhada sobre a origem e organização social dos *Waswahili* pode-se ter também em James Vere Allen (Vere Allen 1995).
3. Ver carta em anexo ou AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 11, Maço 2.
4. Ver também AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 8, Maço 3 – Cartas do Régulo Mwaliya.
5. AHM. Fundo do Século XIX. Governo do distrito de Cabo Delgado. Cx. 1, Ms. 3, n.179.
6. INE-“indicadores básicos, Cabo Delgado e Nampula. <http://www.ine.gov.mz>, 11 de Maio de 2010.
7. Educação Tradicional aqui é vista como aquela que é transmitida pela família e pelas comunidades, diferente da Educação formal, contudo, a abordagem do Estado colonial e dos primeiros anos de Moçambique independente, a educação tradicional foi abordada sob o ponto vista orientalista na óptica de Eduard Said (2001), *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Referências

Fontes Orais (Entrevistas)

Nassoro Momade, Palma, 15 de Maio de 2010.

Muhammad bun Mwanha, Quiwiya, 17 de Maio de 2010.

Fontes Primárias

AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 8, Maço 3 – Cartas do Régulo Mwaliya.

AHM. Fundo do Século XIX. Governo do distrito de Cabo Delgado. Cx. 1, Ms. 3, No.179.

Carta do Régulo Mwaliya de 1888. Fonte: AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 8, Maço 3.

Fontes Secundárias

Bang, A., K., 2001, ‘Intellectuals and Civil Servants: Early 20th century Zanzibar “Ulama” and the Colonial State’, in Amoretti, B. S., ed., *Islam in East Africa: New Sources*, Rome: HERDER, pp. 59-98.

- Bonate, L., 2003, 'The Ascendance of Angoche: The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique', *Lusotopie*, pp. 115-143.
- Bonate, L., 2006, 'From Shirazi into Monhé: Angoche and the Mainland in the context of the nineteenth century slave of northern Mozambique', in Zimba, B.; Alpers, E. & Isaacman, A., *Slaves Routes and Oral tradition in Southeastern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment, pp.195-219.
- Bonate, L., 2007, *Tradition and Transition: Islam and Chiefship in Northern Mozambique, ca. 1850-1975*, Cape Town: UCT, PhD Thesis.
- Bonate, L., 2008, 'The Use of Arabic Script in Northern Mozambique'. *Tydskrif vir Letterkunde*. 45(1), pp. 133-42.
- Buque, D. & Munguambe, A., 2008, 'Situational Analysis of Adult Literacy in Mozambique'. in B. Thumbadoo, ed., *Adult Literacy: Putting Southern African Policy and Practice into Perspective*. Johannesburg: Open Society Initiative for Southern Africa, pp. 52-79
- Brito, A. E., 2007, 'Prática Pedagógica Alfabetizadora: a aquisição de língua escrita como processo sociocultural', *Revista Iberoamericana de Educacion*, No. 44/4-10, Nov. 2007, pp. 1-9.
- Conceição, R., 1998, *Cabo Delgado e o subsistema do Oceano Índico ocidental: um exemplo da constituição de uma identidade costeira*. Texto apresentado no V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Maputo, 1-5 de Setembro.
- Conceição, R., 2006, *Entre o Mar e a terra: Situações identitárias do Norte de Moçambique*. Maputo: PROMÉDIA.
- Cruz e Silva, T., (2001), *Igrejas Protestantes e Consciência política no Sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930-1974)*. Maputo: PROMÉDIA.
- Declich, L., 2001, 'The Arabic manuscript of the Zanzibar National Archives: sources for the study of popular Islam in the island during the 19th century', in Amoretti, B.S., ed., *Islam in East Africa: New Sources*. Rome: HERDER, pp. 47-57.
- Ferreira, E. S., 1997, *O fim de uma Era: o colonialismo português em África*. Lisboa: Sá da Costa.
- Gunther, C.; Mpalume, E.; Fernando, H., 1996, *Autoridades Tradicionais no Sul de Cabo Delgado: o caso da dinastia Matiko*, Pemba: ARPAC.
- Gómez, M. B., 1999, *Educação Moçambicana: História de um processo, 1962-1984*. Maputo: Imprensa Universitária.
- INE, 2006, *Manual de Conceitos e Definições Estatísticas de Moçambique*, Maputo: INE.
- INDE-MINED, 2003, *Plano Curricular do Ensino Básico: objetivos, políticas, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação*, Maputo: INDE.
- João, B. B., 1993, 'Factores de reorganização das chefaturas no norte de Nampula e sul de Cabo Delgado na segunda metade do Século XIX', *Arquivo*, 14, pp. 175-184.
- Khamis, K. S., 2001, 'The Zanzibar National Archives', in Amoretti, B.S., ed., *Islam in East Africa: New Sources*, Rome: HERDER, pp. 17-25.
- República de Moçambique, Lei n° 10/88, de 22 de Dezembro. *Protecção do Património Cultural, Boletim da República*, I Série, No. 5.
- Mário, M. & Nandja, D., 2005, *Alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos*. Background Paper Prepared for Education for All Global Monitoring Report 2006, UNESCO.

- MINED-INDE, 2007, *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) – Documento Orientador, Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação*, Maputo: MINED.
- Medeiros, E., 1997, *História de Cabo Delgado e Niassa (c. 1836-1929)*, Maputo: Central Impressora.
- Medeiros, E., 1986, 'A Chefatura dos Megama do Chiúre: Contexto económico e político da sua instalação', *Cadernos de História* No.4, pp.21-27.
- Mondlane, E., 1977, *Lutar por Moçambique*, Lisboa: Sá da Costa. REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. MINED, 1983, *Sistema Nacional de Educação: Linhas Gerais e Lei n° 4/83*, Maputo: MINED.
- Monteiro, A., 1966, 'Pesquisas arqueológicas de Kiuya, M'buezi e Quisiva', *Monumenta*, N 2.
- Rzewuski, E., 1991, 'Mothertongue/father tongue convergence: on swahilization and deswahilization in Mozambique', in Dow, J., R., & Stolz, T., *Akten des 7. Essener Kolloquiums uber "Minoritatensprachen/Sprachminoritäten"*. Universität Essen, 14-17 de Junho de 1990.
- Said, E., 2001, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Soares, M., 2004, 'Letramento e alfabetização: as muitas facetas', *Revista Brasileira de Educação*. n° 25, Jan./Fev./Mar./Abr. pp. 5-17.
- Trimingham, J. S., 1971, *Islam in East Africa*, Oxford: Clarendon Press.
- Vilhena, E. J., 1905, *A Companhia do Nyassa: Relatórios e Memórias sobre os Territórios*, Lisboa: A Editora.

Fontes Electrónicas

- Instituto Nacional de Estatísticas – INE, 'Indicadores básicos, Cabo Delgado e Nampula', <http://www.ine.gov.mz>, 11 de Maio de 2010.

